



IV JORNADA DE  
PESQUISA EM  
**PSICOLOGIA**  
DESAFIOS ATUAIS NAS  
PRÁTICAS DA PSICOLOGIA

25 e 26 de novembro de 2011  
UNISC - Santa Cruz do Sul

## **EM BUSCA DOS TRAÇADOS: PROCESSOS DE IN/EXCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS NÔMADES**

*Letícia Aline Back  
Alexsander Witt Rodrigues  
Gisele Santin  
Betina Hillesheim  
Lilian Rodrigues da Cruz  
Universidade de Santa Cruz do Sul*

### **Resumo**

O presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa “Infância, Educação e Nomadismo”, que tem como objetivo problematizar as questões relativas à inclusão escolar de crianças provindas de circos e parques de diversões. O trabalho de campo se deu por meio do contato com as crianças dos referidos grupos, com as escolas e professoras que as recebem. O procedimento investigativo utilizado foi a Cartografia, proposta por Deleuze e Guattari. Até o momento podemos apresentar algumas considerações, sendo elas a afirmação de um estigma referente ao modo de vida nômade colado a uma educação deficitária, onde o aluno é sempre visto a partir do que lhe falta e o contraste entre a visão da criança e do professor relativo ao processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Crianças nômades. Educação.

### **Introdução**

Na esteira das discussões propostas por Veiga-Neto (2001) percebe-se que o discurso sobre a inclusão está cada vez mais em voga. Em consequência disso, mais parcelas da população se encaixam na categoria daqueles que “precisam ser incluídos”, dentre eles encontramos os deficientes, os negros, os índios, os pobres, os loucos, as mulheres... Esse processo de categorização da população pode ser caracterizado como um processo de

ordenamento, onde é preciso conhecer cada vez mais para poder melhor compreender e controlar.

Essas discussões atravessam todas as camadas políticas e sociais, principalmente as que tangem à educação, se tornando o grande “motor” das problematizações nessa área. Pautada na ideia da “Educação para todos”, colocada na Constituição Federal de 1988, no artigo 205 onde consta que *“a educação é direito de todos e dever do Estado”* surge uma ploriferação de práticas pedagógicas para dar conta desse direito-dever, corroborando para o aumento da categoria de “educandos com necessidades especiais”, que abrange tanto os estudantes com altas habilidades, estudantes com deficiências, quanto àqueles considerados com necessidades outras (minorias linguísticas, étnicas ou culturais, crianças de rua, populações nômades...).

A partir dessa categorização, queremos compreender como se dá o processo de inclusão de crianças consideradas com necessidades outras, mais especificamente crianças nômades, provindas de circos ou parques de diversões. De acordo com Xavier e Santos (2009), os nômades são povos sem habitação fixa, compreendidos sob o signo da falta, não deixando traços duradouros de sua existência. No que se refere a esses povos, há uma série de representações negativas associadas aos mesmos: além de infantis, são apontados como vagabundos que deixam rastros de destruição e abandono em sua passagem.

Para tentar compreender os traçados do processo de inclusão escolar destes estudantes, utilizamos como procedimento investigativo a Cartografia, proposta por Deleuze e Guattari, que tem como objetivo “desenhar a rede de forças a qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e seu movimento permanente” (BARROS e KASTRUP, 2010, p. 57), quebrando, portanto, com os preceitos de uma metodologia linear, ou seja, algo com início-meio-fim. Entende-se, deste modo, que o pesquisador já se encontra num processo de produção de dados nos seus primeiros questionamentos sobre o campo.

A cartografia não é um método a ser aplicado, mas a ser praticado durante o percurso da pesquisa, pois ele “vai se fazendo no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios” (KASTRUP e BARROS, 2010, p. 77). Ainda para Romagnoli,

A cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas. Contudo, mais do que procedimentos metodológicos delimitados, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. Entendemos que a cartografia pode ser compreendida como método, como outra possibilidade de conhecer, não como sinônimo de disciplina intelectual, de defesa da racionalidade ou de rigor sistemático para se dizer o que é ou não ciência, como propaga o paradigma moderno (ROMAGNOLI, 2001, p. 169).

A pesquisa foi organizada em dois momentos. O primeiro, caracterizado pela análise de documentos referentes às políticas públicas de inclusão (Constituição Federal de 1988, ECA (1990), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394 de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008), nas quais o olhar era direcionado para as formas como os nômades eram nomeados e quais as propostas de inclusão aos mesmos. No segundo momento, realizou-se o acompanhamento, mediante observações e entrevistas, das crianças provindas de circos ou parques de diversões, bem como os contatos com as escolas/professoras.

A partir da análise de documentos, percebemos que as populações nômades têm pouquíssima visibilidade, tendo em vista que somente a Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos fazem menção aos mesmos. Dentro dessas políticas, os nômades encontram-se fortemente ligados às noções de falta, sendo possuidores de uma educação deficitária, fracionada e repleta de lacunas; e diversidade, o que dá conta do diferente-diverso, onde é necessário respeitar e/ou tolerar.

Essa atribuição de características que as políticas de inclusão inscrevem nos estudantes nômades perpassa a percepção dos profissionais da educação frente aos mesmos e aos seus processos de aprendizagem, na medida em que eles se valem dessas atribuições para demarcá-los/identificá-los, (re)produzindo formas de ver e agir (ou não agir) baseadas em uma lógica do “não”, ou seja, na base do que “eles *não* têm, eles *não* podem, eles *não* conseguem”, ocasionando um descaso com o processo de aprendizagem destes estudantes.

Em contrapartida, os estudantes nômades, a partir dos primeiros contatos dos pesquisadores, afirmaram perceber a criação e afirmação desse estigma, levando-os a se comportar sempre da melhor maneira possível para a não confirmação desses conceitos pré-estabelecidos, como demonstra a seguinte fala de uma criança artista: *“quando a gente tá na escola eu faço tudo... tenho que fazer tudo porque eles já não gostam de gente de circo... Ainda chega e não faz nada, fala: ah é de circo mesmo.... não faz nada, não copia. Então a gente acaba fazendo tudo pra não ficarem falando...”*.

No que tange ao processo de aprendizagem, as percepções dos estudantes e da escola são distintas. Os estudantes, ao falarem das suas experiências de aprendizagem não demarcaram dificuldades em seu processo, mesmo apontando que a diferença de conteúdos de uma escola para outra era um complicador, mas não sendo considerado algo que não pudesse ser superado. Já a escola e as professoras apresentaram uma visão muito fragmentada do processo de aprendizagem destes estudantes, apontando sempre a falta de conhecimento, de sequência e as constantes mudanças como empecilho, sendo algo considerado intransponível. Nesse sentido, podemos problematizar essa noção de processualidade dada à aprendizagem, que supõe uma lógica linear para a aquisição de conhecimento, não permitindo ao estudante as oscilações e mudanças de traçados.

Ainda percebemos que tanto as professoras quanto as crianças nômades fazem uma distinção entre “os nossos e eles” / “do circo e da cidade”, colocando o outro sempre numa condição de exterioridade frente ao seu campo de relações. As professoras acabam por perceber estes estudantes na ótica da passagem, da transitoriedade, não lhes considerando como pertencentes à escola. As crianças nômades apontam que o circo é transmitido de geração em geração, ou seja, não é fácil alguém “da cidade” (que é o termo que eles usam para identificar aqueles que não fazem parte do circo) entrar/participar do circo. Portanto, tanto um quanto outro aplicam barreiras para a separação dos territórios.

A partir das considerações feitas até aqui, podemos concordar com Lasta e Hillesheim (2011) quando estas apontam que

nas políticas de inclusão escolar, promove-se uma política de universalização da escolarização: todos são chamados a participar dos sistema escolar; assim, supostamente todos, por partilharem o mesmo espaço escolar, passam a ter

acesso à educação escolarizada e à igualdade de condições para aprender (LASTA e HILLESHEIM, 2011, p. 91).

Finalizando, salienta-se que o que parece não estar colocado pelas políticas de inclusão escolar é a problematização da condição do diferente e como esta diferença está para a escola e para os professores que operam este processo de inclusão, bem como para os grupos nômades na sua singularidade de existência no território.

### Referências:

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-75.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides de. Movimentos funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 76-91.

LASTA, Letícia Lorenzoni; HILLESHEIM. *Políticas públicas de inclusão escolar: a produção e o gerenciamento do anormal*. In. THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. P. 87-108.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 166-173, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo da. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

XAVIER, Gláucia do Carmo; SANTOS, Anderson A. de O. Exclusão escolar e a criança de circo. **Revista Eletrônica de Educação**, 2009. Disponível em: [http://www.reveduc.ufscar.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=85&Itemid=55](http://www.reveduc.ufscar.br/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=55)